

2 **Ata da 88ª Plenária do Conselho Municipal de**
3 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**

4
5 Aos nove de novembro de 2005, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –
6 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 88ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
7 CMAS/BH. A presidente do Conselho, Léa Lúcia Cecílio Braga iniciou os trabalhos apresentando a
8 pauta a ser discutida, que constava dos seguintes pontos: 1) Apresentação do Planejamento das Ações
9 do CMAS/BH; 1.1- Comissões de Trabalho; 1.2- Ações Gerais; 2) Apresentação de Mensagens da
10 Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS; 3) Apresentação da Assistência Social na
11 INTRANET pela SMAAS; 4) Informações Gerais. Logo após, foi feita a leitura da Ata da 12ª Plenária
12 Extraordinária. Feitas algumas correções, foi colocada em votação e aprovada. Na seqüência, a
13 Presidente Léa Lúcia sugeriu a inversão de pauta colocando o assunto Apresentação das Mensagens
14 da SMAAS, como o primeiro ponto de pauta, o que foi aprovado pelos(as) conselheiros(as). Feita a
15 inversão, a representante da SMAAS Sandra Regina Ferreira fez a leitura da Mensagem n.º 09/2005:
16 Escolha de Nova Entidade para o atendimento no Programa de Abrigos, de 15 crianças com perfil de
17 abandono. O novo serviço será desenvolvido em Belo Horizonte, totalizando o investimento de R\$
18 53.804,40/ano, sendo R\$ 47.504,40/ano, oriundos de recursos do ROT e R\$ 6.300,00/ano oriundos de
19 recursos do FNAS/SAAC, provenientes de remanejamento da Entidade Núcleo Assistencial Caminhos
20 para Jesus; A outra apresentação referiu-se a Mensagem 10/2005: Escolha de Nova Entidade para o
21 atendimento no Programa de Abrigos, de 15 adolescentes do sexo masculino com perfil de abandono.
22 O novo serviço será desenvolvido em Belo Horizonte, totalizando investimento de R\$ 53.804,40/ano,
23 sendo R\$ 47.504,40/ano, oriundos do ROT e R\$ 6.300,00/ano oriundos do FNAS/SAAC, provenientes
24 de remanejamento da Entidade Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus; a terceira mensagem
25 apresentada foi a nº11/2005: Escolha de duas novas entidades de Abrigo/Centros de Passagem para
26 atendimento no Programa de Abrigos, sendo que cada uma atenderá 15 adolescentes do sexo
27 masculino com trajetória de vida nas ruas, totalizando 30 atendimentos. Os novos serviços serão
28 desenvolvidos em Belo Horizonte, totalizando investimento de R\$ 478.374,00/ano, oriundos de recursos
29 do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS. A per capita é de R\$ 1.226,60, o valor a ser
30 repassado será em 13 parcelas de R\$ 18.399,00/mês. A representante da SMAAS Sandra Regina
31 Ferreira explicou que a apresentação das mensagens para ampliação da capacidade de atendimento
32 na rede se deu pelo fechamento da entidade no bairro Horto. Após a leitura das mensagens, a
33 Presidente Léa Lúcia solicitou que o material sobre a proposta de regulamentação dos procedimentos e
34 fluxos sobre mensagens, comunicados e remanejamento de per capitas seja reproduzido e passado
35 para a Comissão de Financiamento e aos novos conselheiros. A conselheira Sandra Regina Ferreira
36 Barbosa falou sobre a falta de vagas nos abrigos e da necessidade de ampliar esses serviços; falou do
37 Fórum de Abrigos e do investimento da SMAAS no Programa de Abrigos; colocou que há mais de um
38 ano e meio existe a discussão em aumentar o valor per capita. Mencionou que a Comissão de
39 Financiamento acha que procede a discussão do valor per capita e que a Secretaria deve fazer o
40 estudo de custo para equacionar melhor o financiamento. A conselheira Sandra Regina concluiu
41 dizendo que a Comissão de Financiamento, em reunião anterior, discutiu essas mensagens e emitiu
42 parecer favorável sobre a ampliação das vagas para o serviço. A conselheira Marluce Kfuri de Castro
43 Bicalho, perguntou se há acessibilidade para o público deficiente. A representante da SMAAS
44 respondeu que está sendo trabalhado e que o programa recebe as pessoas com deficiência. O
45 conselheiro Mário Delavy colocou que o CMAS deve avançar no processo de parcerias, e que a
46 contrapartida de 30% da entidade, não pode ser fictício nem por parte da entidade nem do poder
47 público; disse que devem ser encontradas alternativas no processo de conveniamento. Após isso, as

1 mensagens foram colocadas em votação e aprovadas, com o indicativo de se fazer o estudo de custo
2 dos serviços para equacionamento das per capitas, pela SMAAS. A representante da SMAAS, Sandra
3 Regina Ferreira apresentou em seguida os Comunicados referentes às entidades: Lar da Fraternidade
4 Irmão Fábio, redução de 15 para 10 atendimentos; Ação Social da Igreja Batista da Lagoinha,
5 ampliação de 10 para 15 atendimentos; Instituto de Ajuda Humanitária- Casa Cuna, ampliação de 07
6 para 10 atendimentos; Ação Social Obreiros Mirins- Casa Ester, ampliação de 12 para 15 atendimentos
7 e a redução da capacidade de atendimento da Associação Assistencial Caminho da Luz, de 04 para 03
8 atendimentos. Terminada a leitura dos comunicados, o conselheiro Mário Delavy sugeriu mudar o
9 formato dos comunicados e colocar data neles. A conselheira Maria José Alves Machado esclareceu
10 que em discussões anteriores deste Conselho, os comunicados vinham como mensagens, e que eles
11 não advém de recursos novos, então não precisam ser deliberados. A Presidente Léa Lúcia disse que a
12 equipe técnica da SMAAS já se posicionou e que é passado ao CMAS como comunicado. A
13 conselheira Sônia Maria Augusto perguntou se não será mais trabalhado com per capitas e sim com
14 valores, ou seja, piso/teto conforme o SUAS. A representante da SMAAS Sandra Regina Ferreira
15 respondeu que estão num período de transição, com valores será a partir de 2006. A presidente Léa
16 Lúcia esclareceu que dentro das ações para 2006 da Secretaria, parte do financiamento vai migrar de
17 per capita para piso, que corresponde a uma parcela do financiamento, e que vai haver um estudo
18 interno dentro da SMAAS. O segundo ponto de pauta discutido foi a Apresentação do Planejamento
19 das Ações Prioritárias das Comissões de Trabalho do CMAS-BH. A conselheira Mirtes Pereira Lopes
20 apresentou as prioridades da Comissão de CLAS/CRAS: *Capacitação continuada dos Conselheiros
21 Regionais e Locais de Assistência Social, sobre SUAS. Ela informou que a primeira etapa desta
22 capacitação foi desenvolvida no dia 29/11; *Apresentar aos conselheiros a rede de Serviços da sua
23 região, através de visitas às entidades; *Fortalecer e potencializar a atuação dos conselheiros de CRAS
24 e CLAS, enfatizando as funções, atribuições e responsabilidades destas instâncias de Controle Social
25 Regional e Local na Política de Assistência Social. A conselheira Mirtes enfatizou a necessidade do
26 apoio da Gerência Regional de Assistência Social - GERAS na condução dos trabalhos; colocou
27 também a importância de disponibilizar profissional para trabalhar no CRAS/CLAS no controle social e
28 na mobilização. A conselheira Andréia de Cássia Almeida falou que as capacitações devem acontecer
29 de forma continuada, e que a informação chegue até a ponta; ela acha que deve haver sensibilização
30 para que as secretarias designem um profissional para trabalhar na mobilização. A conselheira Valéria
31 Silva Cardoso ressaltou a importância do profissional para mobilizar e acompanhar o controle social na
32 ponta. A presidente Léa Lúcia informou que existe um Projeto de Capacitação de Conselheiros e de
33 estagiárias do CMAS que deve ser conhecido para ampliar a participação; ela fez o convite à Comissão
34 de CRAS/CLAS para conhecer e implementar esse Projeto. A próxima apresentação do Planejamento
35 das Ações, foi da Comissão de Normas feita pela conselheira Maria José Alves Machado. **As**
36 prioridades apresentadas foram: *Reforma do Regimento Interno; *Revisão das Resoluções à luz do
37 Regimento Interno revisado; *Realização de Estudo das Entidades inscritas no Conselho com o objetivo
38 de analisar o impacto das suas ações na Política Municipal de Assistência Social, considerando os
39 seguintes eixos: 1.1-Entidades Filantrópicas de Educação;1.2-Entidades Filantrópicas de Saúde;1.3-
40 Entidades de Assistência Social: a)Entidades conveniadas com SMAAS, b)Entidades não conveniadas;
41 1.4-Clínicas de Reabilitação. A conselheira Maria José colocou que a primeira e grande preocupação é
42 a Reforma do Regimento Interno; falou que uma das preocupações citadas no Ciclo de Debates é que
43 todos os Conselhos deverão rever seu regimento à luz do SUAS/NOB. Colocou ainda que, desde o
44 enfoque do controle social, é importante aos conselheiros conhecerem qual é o impacto financeiro de
45 atendimento na Política de Assistência Social e que a Comissão de Normas irá trabalhar em cima de
46 um calendário, sistematizando estas tarefas e informações. A próxima apresentação foi da Comissão
47 de Financiamento. A conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa apresentou as prioridades:
48 *Formação e capacitação permanente do membros do Conselho, em especial dos membros da

1 Comissão de Financiamento sobre: Legislação do SUAS, Lei de Conveniamento, Lei de Parcerias,
2 remanejamentos de Per Capitas, Previsão Orçamentária, prestação de contas, PPA, Plano Municipal de
3 Assistência Social, Plano Decenal da Assistência Social, Financiamento da rede Conveniada, ROT
4 Municipal, Rede SAAC, Acompanhamento da elaboração do Estudos de custos de serviços/ per capita/
5 piso; Solicitação da *Apresentação pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social-SMAAS de
6 cronograma de repasse de recursos com acompanhamento do CMAS junto à Gerência Administrativa
7 Financeira (Órgão Gestor) visando corrigir problemas relativos a atrasos de pagamentos; *
8 Apresentação ao Conselho, até junho de cada ano, pela SMAAS, de uma proposta de Política de
9 Financiamento e reajustes dos recursos destinados à Rede Conveniada para o ano posterior. A
10 conselheira Sandra Regina sugeriu que o reajuste da correção do financiamento seja feito
11 anteriormente à aprovação da previsão orçamentária e prestação de contas e acrescentou a
12 importância da realização do Estudo de Custo à luz da NOB e SUAS para elaborar propostas para
13 2007. A presidente Léa Lúcia colocou que na última reunião da Mesa Diretora foi comentado que o
14 papel da Comissão de Financiamento é acompanhar, cobrar, monitorar, fazer acerto do ponto de vista
15 do Controle; explicitar o papel do Conselho nesta ação. Após isso, a Comissão de Recursos Humanos,
16 representada pela conselheira Andréia de Cássia Almeida apresentou as prioridades: *Participação
17 efetiva do CMAS/BH no acompanhamento da na construção da Política de RH para a Política de
18 Assistência Social da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, de acordo com as novas
19 diretrizes emanadas pelo Sistema Único de Assistência Social-SUAS. considerando:1. a)Criação de um
20 plano de carreira, garantindo ao trabalhador da Assistência Social, ascensão em sua carreira pública,
21 sendo a qualidade técnica e a produtividade variáveis chaves para construção de um sistema exequível
22 conforme diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e o 7º eixo da Norma Operacional Básica
23 – NOB; b)Garantia de concursos públicos para ingresso na Política de Assistência Social,
24 considerando a análise prévia das características dos serviços, locais a serem lotados e perfil do
25 trabalhador para sua inserção no trabalho para efetivação da Política de Assistência Social por
26 profissionais concursados; c) Elaboração de um programa permanente de qualificação do trabalhador,
27 garantindo verba para o mesmo e incentivo financeiro para participar de cursos de aperfeiçoamento,
28 pós-graduação e mestrado; 2. Realização do III Seminário de RH com objetivo de estabelecer os
29 elementos constitutivos da NOB de RH; 3. Mapeamento dos trabalhadores da assistência social na rede
30 sócio assistencial (conveniada ou não) em parceria coma comissão de Normas (entidades
31 filantrópicas). A conselheira Andréia de Cássia solicitou que outros membros integrem a Comissão de
32 Recursos Humanos. A conselheira Maria do Carmo Villamarim esclareceu que a Comissão de RH quer
33 acompanhar e estar junto na elaboração da Política de RH. A conselheira Kátia Rochael Rodrigues
34 esclareceu que a NOB não trouxe elementos novos para a construção da Política da Política de RH.
35 Logo após, a conselheira Léa Lúcia informou que recebeu um convite para construção de um texto na
36 área de RH para o CNAS e informou que fez o texto falando sobre o tripé da Assistência Social;
37 apontou desafios; falou que este texto deveria ser do CMAS-BH e ela propôs ampliar a produção pela
38 Comissão de RH do Conselho e assim, o texto sair em nome do CMAS. Em seguida, a presidente Léa
39 Lúcia informou que em relação às Ações Gerais do CMAS, devem ser destacados alguns pontos tais
40 como: - acompanhar os desdobramentos pelo CNAS da regulamentação do Artigo 3º da LOAS; - dar
41 visibilidade às ações da Assistência Social na mídia; - sintonizar ao Conselho Estadual e Nacional de
42 Assistência Social; - consultar o CNAS sobre a definição de trabalhador da área que está produzindo. A
43 conselheira Nelly Costa Bittencourt pede que seja pautado na próxima plenária a discussão das
44 Clínicas de Reabilitação. A conselheira Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto perguntou quais os pontos
45 que foram solicitados para a SMAAS e que ainda não foram discutidos. A presidente Léa Lúcia
46 encaminhou que as Comissões voltassem a discutir os textos das prioridades apresentadas e
47 aperfeiçoassem as redações e que cada Comissão possa trabalhar prazos e resultados; após isso
48 deverá ser passado à Mesa Diretora. Em seguida, passou-se à apresentação do 3º ponto de pauta:

1 Apresentação da Assistência Social na Intranet pela SMAAS. Foi então informado que, em virtude de a
2 página estar inconnectável por problemas técnicos, esta apresentação fica transferida para a próxima
3 plenária. Em relação às informações gerais a conselheira Maria José Alves Machado informou à
4 plenária que o Conselho Nacional de Assistência Social normatizou procedimentos em relação a
5 gratuidade a ser aplicada pelas Entidades Beneficentes na transferência de recursos
6 próprios/convênios com outras entidades – Resolução n.º 188 de 20/10/2005 – CNAS e recomendou
7 aos Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social sobre a não exigência do percentual de
8 gratuidade expressa no decreto 2536/98 quando a mantenedora tiver atuação nacional – Resolução n.º
9 189 de 20/10/2005. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Regina Ferreira Barbosa, Secretária Geral
10 do Conselho Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 09 de
11 novembro de 2005.